

CONVERSA COM LUÍSA TEOTÓNIO PEREIRA¹

Júlio Santos²

Edição Jorge Cardoso

Júlio (J): O percurso do CIDAC em ED é um longo percurso. Esta ideia já nasceu logo no início convosco? Como é que apareceu?

Luísa (L): Eu acho que podemos dizer que desde o início fazemos Educação para o Desenvolvimento (ED), mas nos primeiros anos não usávamos esse nome. O CIDAC fez este ano 40 anos: foi criado em maio de 74. As pessoas, às vezes, pensam que o CIDAC vem desde antes do 25 de abril. Mas o antes do 25 de abril são os antecedentes do CIDAC. Tem uma importância muito grande para a ED porque o que se fez antes foi informação sobre

a guerra colonial e foi, no fundo, trabalho sobre a paz, os direitos humanos.

J: CIDAC significava Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial.

L: Exato. Portanto, antes do 25 de abril, nunca pensámos em CIDAC. Havia um grupo que naquele tempo se chamava de Cristãos Progressistas e que sentia que devia tentar dar à sociedade portuguesa, que estava dominada pela ditadura e pela censura, informação mais qualificada sobre a guerra colonial, os movimentos de libertação, a repressão aqui em Portugal, etc. Na altura, era um trabalho de informar a sociedade sobre. A maior parte do grupo foi preso em novembro de 73 e a documentação, que era sobretudo clandestina, foi descoberta e levada para Caxias. A seguir ao 25 de abril, as pessoas foram libertadas e um dia recebeu-se um telefonema de Caxias a dizer “Está cá a documentação. Há alguma que foi queimada, mas o resto está aqui. Se quiserem, podem vir cá buscar”. E o grupo, que se chamava Grupo do Boletim Anti-Colonial, foi lá buscar a documentação e começou a pensar o que fazer com ela, uma vez

*Texto publicado originalmente na Revista n.º 1 - Educação para o Desenvolvimento: conceitos e caminhos, dezembro de 2014.

¹ Luísa Teotónio Pereira é responsável pela área de Educação para o Desenvolvimento na Organização Não-Governamental de Desenvolvimento CIDAC - Centro de

Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral.

² Júlio Santos é professor do Instituto de Educação da Universidade do Minho e investigador do CEAUP - Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

que não existia noutra sítio do país, isto numa altura em que as pessoas queriam saber mais sobre a guerra colonial, o que eram os movimentos de libertação. E surgiu a ideia de se criar um centro, que foi o Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial. Foi aí que entreei, com o Luís Moita, que vinha do grupo antigo, e transitei com mais duas colegas. Na altura, éramos quatro e continuámos a fazer informação. Passado pouco tempo, esta informação já era sobre os novos países que estavam a nascer, as suas sociedades, a sua educação, os seus problemas. Nós pensamos hoje que isso era trabalho de ED. Mas, na altura, chamávamos-lhe trabalho informativo, simplesmente.

J: Quando começaram a usar o conceito de ED?

L: Começámos tarde. Penso que a partir do momento em que começámos a ter mais relação com ONG³ europeias. A partir daí, começámos a perceber que havia um nome para aquilo que fazíamos. Não sei exatamente quando começámos a utilizar, mas foi em meados dos anos 80, talvez. O tema apareceu em 75, penso, ao nível da União Europeia (UE), com a linha de financiamento que se criou em 1975. O primeiro projeto que fizemos já especificamente com esse nome foi um projeto formal, em 86; foi o primeiro projeto aprovado pela UE de uma ONG portuguesa. Foi no ano em que Portugal aderiu à CEE e fomos a primeira organização a apresentar um projeto de ED.

J: Vocês têm trabalhado a discussão do conceito de ED. Isto faz parte do vosso trabalho?

L: Fez sempre e faz cada vez mais. Primeiro, porque a certa altura nos apercebemos também que, a nível sobretudo europeu, havia várias designações para mais ou menos a mesma coisa

(por exemplo, o Conselho da Europa trabalha a Educação Global; mais recentemente, apareceu o termo Educação para a Cidadania Global; depois, há países onde se fala de Aprendizagem Global; enfim, existem vários termos). Essa dispersão conceitual não é uma dispersão muito sistemática porque acho que há muita dificuldade em fazer a discussão sobre estes vários termos. Em parte, acho que isso vem do facto de os vários termos estarem associados a instituições: à UE, ao Conselho da Europa, etc. Há várias instituições com peso que lançaram a terminologia e é difícil para elas mudá-la. Portanto, essa discussão da terminologia é sempre um bocadinho difícil e o que na prática tenho visto é que, na maior parte dos casos, se diz 'bom, isto é mais ou menos equivalente e o que interessa é o que está lá dentro, é o conteúdo; não é estarmos agora a discutir até onde vai isto, até onde vai aquilo'. Isso é uma via de dispersão.

Outra via, que o CIDAC tem trabalhado mais recentemente, é sobre o conceito de desenvolvimento. Curiosamente, na ENED⁴ vem uma pequena frase que nos parece essencial e que diz que a discussão sobre o conceito de desenvolvimento faz parte da ED, ou seja, a ED deve discutir o que é a educação, o que é o desenvolvimento.

J: Essa discussão sobre o desenvolvimento é uma discussão que se faz sobretudo aqui no “Norte” ou faz-se também com parceiros nos contextos do “Sul”, com quem vocês têm trabalhado?

L: Eu acho que se faz de maneira diferente. Faz-se no “Norte” de uma certa maneira; faz-se no “Sul” de outra maneira. Talvez no “Sul” seja mais ligado à própria cooperação para o desenvolvimento.

³ Organizações Não-governamentais.

⁴ Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento.

Porque essa é uma experiência muito forte para os nossos parceiros e que levanta muitos problemas e muitas dúvidas. Na maior parte dos países do “Sul” não há muito este conceito de ED. Na América Latina, existe o conceito de Educação Popular, como também existe na Europa. Na Ásia e na África, é uma educação mais no sentido da educação formal, como sentido transversal, e da educação de adultos, da educação participativa. Portanto, aqui há uma dificuldade geral por causa da terminologia. Agora, quando se fala com os parceiros do “Sul” sobre o que é para eles o desenvolvimento, isso faz-lhes sentido e traz muitas interrogações. Para eles, a ideia de desenvolvimento está muito ligada à noção ocidental de desenvolvimento; é de onde lhes vem a palavra. E aí fazem uma ligação também com a cooperação para o desenvolvimento. Curiosamente, na Europa, a cooperação para o desenvolvimento e a ED estão muito separadas, na maior parte das vezes.

J: Ia colocar-te essa questão também. Parece, muitas vezes, que a cooperação aparece ligada à ideia de ED. Muitas organizações que trabalham a cooperação trabalham também a ED... mas parecem separadas. Porque será?

L: Acho que, mais uma vez, por questões institucionais.

J: Até de financiamentos, talvez.

L: Exatamente. Em parte por causa dos financiamentos; em parte porque apareceu primeiro a cooperação para o desenvolvimento e cresceu mais. É mais reconhecida. Do ponto de vista da sociedade, é mais fácil a apreensão da ideia da cooperação para o desenvolvimento, até na sua versão mais simples, de ajudar aqueles que são mais pobres, mais infelizes. Uma ideia mais caritativa, mais imediata. E depois também há

linhas de financiamento específicas para a cooperação para o desenvolvimento. Por outro lado, a ED surgiu depois e associada a uma linha de financiamento da UE; isso fez com que, desde logo, os atores fossem diferentes e que tenham sido criados setores separados. Há o setor da cooperação e há o setor da educação. Agora, há coisas muito interessantes. Primeiro, é que em algumas grandes organizações que trabalham as duas áreas, a ED é, geralmente, um setor mais pequeno, com menos recursos financeiros, com menos gente, mas com muito maior capacidade crítica. Então, há várias organizações onde a ED se torna crítica da própria organização e da maneira como faz cooperação para o desenvolvimento. E isso faz com que em algumas delas o grupo educativo seja o grupo que reflete sobre a própria organização e a maneira como trabalha.

J: Esses casos não acontecem cá em Portugal?

L: Não, não são do nosso país. Mas em França, em Espanha, isso acontece com frequência. E é um fenómeno interessante, não deixam de ser setores separados. Eu acho que há poucos casos em que os dois setores se juntam. Nós aqui no CIDAC, já desde há bastante tempo, fizemos uma reflexão e temos vindo a trabalhar nela, que é a ideia de trabalhar mais por temáticas. Chegámos a uma altura, finais dos anos 90, que trabalhávamos na cooperação e na ED, também de forma relativamente autónoma, as pessoas eram diferentes, etc., e estávamos a dispersar muito. Por isso, sentimos a necessidade de termos uma visão mais focalizada. Elegemos, então, duas ou três temáticas e o que estamos a fazer desde essa altura é trabalhar essas temáticas tanto na cooperação como na ED: aí, naturalmente, as coisas juntam-se. Hoje somos uma equipa de seis pessoas e, mais ou menos, todos fazemos um bocadinho de tudo; há uma muito maior integração.

Não é total, porque as pessoas precisam de se especializar um bocadinho e tirar partido das suas próprias aprendizagens, mas há, concetualmente, uma grande integração destas áreas por via de temáticas que são comuns aos dois setores.

Há uma outra forma também de colocar esta questão; a FGS⁵ tem-na colocado várias vezes: a cooperação para o desenvolvimento e a ED estudam e falam sobre o desenvolvimento, por isso são as duas faces da mesma moeda. Agora, quando o conceito de desenvolvimento começa a ser interrogado, interroga simultaneamente a cooperação e a educação. Portanto, por esta via também estamos a aproximar as duas áreas, porque elas efetivamente têm uma coisa em comum: estão a lidar com o desenvolvimento. Esta é uma outra via de aproximação a esta moeda de duas faces. O que nos parece essencial é largar uma noção que existe, ou melhor, que existiu, que se atenuou e que está a voltar, ao nível sobretudo da UE, que é ver a ED como uma área de apoio à cooperação. Foi assim que a ED começou: “é preciso desenvolver a cooperação para o desenvolvimento com os países do 3º mundo”.

J: Significava sensibilizar para o financiamento, para a cooperação...

L: Exatamente, para o financiamento, para o voluntariado, para tudo o que se passa fora e para as políticas dos estados relativamente à cooperação porque são políticas públicas, usam os recursos dos cidadãos e ao usar os recursos dos cidadãos, têm que ter o seu apoio. E isso verifica-se mais em momentos de crise, em que os recursos parecem escassos (não tanto quanto parecem, mas enfim); nesta ideia de que os recursos são escassos e, então, porque estamos a utilizar recursos para auxiliar outros países quando eles

são necessários aqui? É uma pergunta muito recorrente. E, portanto, para continuar a haver uma política pública para a cooperação para o desenvolvimento é preciso que a população dos países que desenvolvem essas políticas as acompanhe e apoie. O que acontece é que, a certa altura, a ED emancipou-se desta visão um bocadinho redutora e passou a ver-se com uma capacidade de visão crítica das próprias necessidades. E é esta a nossa visão.

J: E será que podemos caracterizar a ED nesta lógica, a partir dessa visão do CIDAC?

L: Foi aqui que nós entrámos, porque o trabalho que se fez no início sobre o fim do nosso colonialismo, a construção dos “nossos” Estados Africanos, levou-nos a interrogar muito sobre a nossa própria sociedade, a nossa colonização e a guerra colonial. Isso trouxe-nos muitas informações sobre nós próprios. Depois tivemos uma outra questão crucial, que foi a questão de Timor e trabalhámos durante vinte anos sobre ela. Foi muito importante porque nos levou a pensar e a interrogar muito sobre nós próprios, sobre as nossas potencialidades enquanto Estado, sobre as nossas funções em termos de apoio em matéria de política externa; coisas que nos lembrámos muito com a entrada da Guiné Equatorial na CPLP. Voltou a pôr muitos desses problemas: o que é a política externa, o que são os direitos humanos em política externa, etc. Isso foi uma coisa que nos marcou muito e que nos trouxe, da ED, a capacidade de refletirmos criticamente sobre nós e os outros. Não é só sobre os outros, mas é também sobre nós. Nós seres individuais e nós coletivamente. De certa maneira, acompanha a evolução da ED, saindo desse primeiro reduto restrito às políticas de

⁵ Fundação Gonçalo da Silveira.

desenvolvimento para se emancipar e ter esta visão maior.

O que acontece neste momento é bastante preocupante no nosso contexto: a UE, penso que por causa da crise que está instalada, está a voltar ao ponto de há 40 anos atrás. Eu estive numa reunião há poucos meses em que um responsável da Comissão Europeia dizia “Vocês desculpem, mas nós vamos reafirmar que para nós a ED é, em primeiro lugar, uma ação de apoio à política dos estados-membros, da própria UE e da cooperação para o desenvolvimento”. Está a regredir completamente, como muitas outras coisas. E isto é bastante preocupante e penso que nos deve levar mais uma vez a refletir sobre o que é isso da ED e o que nós queremos que ela seja. Porque o que ela é também depende do que nós queremos que ela seja; isto não é uma coisa fora de nós, porque nós estamos empenhados e, portanto, ela vai-se construindo.

J: Vês a ED em Portugal com essa perspetiva crítica que estás a apresentar agora ou não? Há uma visão mais soft, com menos capacidade crítica?

L: Acho que há várias perspetivas críticas sobre a ED. Aquela abordagem que a Manuela Mesa desenvolveu sobre as gerações de ED, para mim, tem essa importância. Tem esse valor de nos chamar a atenção para o facto de a primeira geração de ED ter ficado sempre. Depois, houve outra geração que trouxe coisas novas e também ficou. Depois houve uma terceira geração que trouxe novas ideias e também ficou. Portanto, temos em simultâneo quatro ou cinco gerações de ED. O que eu estava a dizer há pouco é que a primeira geração está a voltar por via da UE e a

recuperar força. Penso que Portugal não é uma exceção e que também aqui há a coexistência de vários tipos de ED.

J: Muito bem. Vamos falar agora um bocadinho da ENED. O CIDAC foi um dos promotores desta iniciativa. Podes contar um bocadinho a história do envolvimento do CIDAC? Nesta lógica da procura, de mobilização. E pensas que a ENED trouxe uma orientação estratégica para a ED em Portugal? Está a conseguir essa orientação, para que haja mais ações, mais qualidade em ED?

L: Como é que o processo começou? Do ponto de vista do CIDAC, a partir de uma certa altura percebemos que a ED para nós era estratégica, não só para nós enquanto organização, mas para Portugal era, de facto, um interesse estratégico. Havia muito poucas organizações a fazer ED e era importante desenvolver isso, mas facilitaria se houvesse algum reconhecimento oficial e algum apoio, como havia por parte da UE. De maneira que pensámos, enquanto organização, que um dos nossos objetivos seria contribuir para que houvesse um reconhecimento da ED em Portugal. Isso data muito para trás. Houve uma oportunidade interessante quando se formou o *GENE – Global Education Network Europe*, a partir de quatro ou cinco países europeus que tinham uma política de ED, ao nível estatal, muito mais desenvolvida. A certa altura, entre eles, resolveram partilhar experiências. Isto surgiu no quadro do Centro Norte-Sul do Conselho da Europa e, como tem sede em Lisboa, quiseram que Portugal participasse, mas nessa altura o governo português não fazia a mínima ideia do que era a ED, de modo que procuraram a Plataforma Portuguesa das ONGD ⁶. O CIDAC, nessa altura, estava a coordenar a parte de ED na Plataforma e, portanto,

⁶ Organizações Não-governamentais para o Desenvolvimento.

a Plataforma indicou o CIDAC como interlocutor. Eu lembro-me que na primeira reunião a que nós assistimos, a segunda do GENE, fiquei deslumbrada e preocupadíssima. Até um bocadinho indignada. O deslumbramento foi porque vi à volta da mesa funcionários públicos, dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, a falarem com imenso empenho sobre a ED e a falar de um nível de experiências que não imaginava que existisse no mundo. Ideias já muito elaboradas, com apoios e com colaborações com ONG. Foi um mundo novo que se abriu para mim. Ao mesmo tempo, houve a certa altura uma discussão sobre quem deveria pertencer a este grupo. E disseram que a este grupo deviam pertencer países que já estão muito adiantados. E eu levantei a mão e perguntei “Então e os países que estão a querer avançar?”. E disseram “Isso dá muita confusão, depois criam--se aqui níveis muito diferentes. É melhor, para já, não pensarmos nisso”. E eu disse “Então está bem, não há mais nada aqui a fazer”. E foi quando disseram, já um pouco incomodados “Ah, não! Vamos pensar melhor. Portugal é importante porque o Centro Norte-Sul tem sede em Lisboa...”. E foi assim que comecei a participar, com acesso a bastante informação que depois trazia para a Plataforma. A partir da segunda ou terceira reunião, enquanto CIDAC, decidimos que para continuarmos não fazia sentido estarmos sozinhos. Éramos a única ONGD e queríamos que o governo português entrasse no GENE. Então, no final de 2004, a primeira pessoa do governo assistiu a uma reunião e aí foi, novamente, um novo mundo que se abriu. Os funcionários portugueses finalmente começaram a perceber o que era ED, que nos outros países tinha um impacto enorme e que eles não suspeitavam. Então, começaram a ir a uma reunião, a outra, até que, não me lembro exatamente quando, já há alguns anos, entraram

definitivamente no GENE e hoje continuam e contribuem financeiramente.

A partir daí surgiu a ideia da Estratégia. Porquê? Porque os antecedentes do GENE tiveram uma reunião de Educação Global, dinamizada pelo Centro Norte-Sul, em 2002, em Maastricht, em que participavam os países que tinham estratégias de ED. Na altura aquilo ficou um bocadinho em “banho-maria”, mas quando nós vimos que havia espaço para trabalhar a ED, que o Estado português se interessava pela ED, tudo mudou. Um novo marco para Portugal foi 2005, porque apareceu um documento, a estratégia da Cooperação Portuguesa, a dizer que a ED é uma das três prioridades da cooperação nacional. E, nesse primeiro ano, foi criada a primeira linha de financiamento para a ED. Portanto, pensámos que estavam reunidas as condições para dar um outro salto, que era começar a integrar estas redes, ligar o Estado, outras instituições, etc. E para isso contribuiu bastante o GENE, até porque no GENE estavam países que já tinham estratégias desenhadas de ED (a Irlanda, a Finlândia, a Áustria, que estava a desenhar a sua estratégia) e tinham um percurso muito interessante. Nós começámos a estabelecer esses laços até que, a certa altura, o Secretário de Estado, na altura o Dr. João Gomes Cravinho, disse que devíamos partir para a estratégia. E o CIDAC esteve desde o início nesse processo enquanto representante do GENE.

J: Esta estratégia foi feita em colaboração. Foi um processo diferente dos outros porque beneficiou das experiências dos outros países. Foi um processo original, inovador?

L: Eu acho que foi muito inovador.

J: Em que sentido?

L: O impulso dos outros países claro que teve muita influência ao nível da decisão de avançar com o processo. Acontece muitas vezes: para se lançar um processo novo, o exemplo dos países de fora é motivador, seja para a sociedade civil, seja para o Estado. Depois, o próprio processo em si, penso que foi bastante autónomo. Nós tínhamos alguns vetores. Queríamos um processo muito participativo e em que estivessem bastante a par a sociedade civil e o Estado. E aí acho que o papel do IPAD⁷, na altura, foi essencial porque aceitou isso muito bem. Portanto, criámos o primeiro grupo mais restrito que foi o responsável pelo lançamento de todo o processo e tinha uma responsabilidade a esse nível: estava o IPAD, a Direção Geral de Educação (agora assim chamada, antes Ministério da Educação), a Plataforma Portuguesa das ONGD e o CIDAC. Isto funcionou muito bem e foi um espaço onde as ONG conseguiram ter uma influência muito grande no processo. Nós propusemos, por exemplo, a sistematização de experiências, que é um exercício que poucos conhecem. E o IPAD aceitou, apoiou e fez-se. Todo o processo, com o apoio direto do GENE, fez-se em relativamente pouco tempo. Fizemos uma série de exercícios, conseguimos envolver uma série de organizações.

A ENED incluiu, além das prioridades, a proposta de duas atividades a realizar em nome da própria estratégia de congregação de esforços. Outro aspeto que também está integrado é que existe um acompanhamento efetivo da estratégia. Contratou-se uma entidade, a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, para fazer especificamente esse acompanhamento. Eu penso que mais nenhuma estratégia tem um processo de acompanhamento tão efetivo como o nosso. E, finalmente, está prevista uma avaliação

externa no final do processo e, ao mesmo tempo, um processo de *peer-review* feito pelo GENE, que era para ser a meio e agora resvalou um bocadinho para o fim do período desta estratégia, que vai de 2010 a 2015. Mas, pelo menos nestes aspetos, eu acho que é bastante inovador.

J: E depois, em 2015, será tempo de pensar a estratégia...

L: Final de 2014, início de 2015.

J: E que avaliação é que se pode fazer agora da estratégia no nosso país?

L: O modelo não está pensado ainda, mas penso que faz sentido que seja uma avaliação também bastante participativa. O que acho que nos vai fazer falta são dados mais qualitativos porque do ponto de vista quantitativo acho que temos bastante dados. E isso seria importante; ver como conseguimos obter mais informação e reflexão que nos possam levar a pensar como é que deve ser a próxima estratégia.

Agora, há uma coisa que me parece mais intuitiva: a maior parte das instituições envolvidas na ENED quer continuar, deseja que a estratégia não fique por aqui e que haja uma segunda estratégia, chamemos assim, que continue esta e a aprofunde. A relação de trabalho, a capacidade de reflexão conjunta tem-se vindo a manter, o que é uma coisa, no nosso país, relativamente rara, ainda para mais envolvendo instituições da sociedade civil e várias instituições do Estado, diferentes entre si. É uma coisa relativamente rara tendo também em conta que temos vindo a viver um período muito turbulento, em que seria normal ou expectável que as instituições retrocedessem. Mas não: temos conseguido manter este esforço e eu acho que isso

⁷ Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

é extremamente positivo; e com esta vontade de continuar.

J: Estavas a falar da necessidade de uma avaliação participativa, de entrevistas, de analisar conteúdos, a qualidade, etc. Qual pensas ser o papel das Instituições de Ensino Superior (IES) no exercício de avaliação? Achas que o trabalho da academia está distanciado deste trabalho das ONG e das OSC⁸?

L: Eu acho que a participação da academia é muito importante. Na própria estratégia procurou-se envolver a ARIPESE⁹, mas coincidiu com um período em que não estava a funcionar muito bem. Portanto, o envolvimento da ARIPESE não foi muito efetivo. Este ano, contudo, já notei uma diferença. O próprio envolvimento da ESE de Viana do Castelo contribuiu para isso e penso que ao nível das ESE tem-se notado uma evolução. Tem sido um processo lento, mas penso que a lentidão não é um problema. Permite que dêmos passos mais seguros, porque se fazemos as coisas muito rápidas, verifica-se que são muito superficiais. O que é preciso é que haja um caminho que se comece a fazer e continuar. As ESE têm um relevo especial no quadro da estratégia porque ligam-se diretamente a uma das prioridades, que é a formação inicial de professores, onde há muita coisa para fazer do ponto de vista da ED, senão praticamente tudo neste momento. Apesar de ser uma prioridade da ENED, não se avançou muito nesse capítulo. Do ponto de vista da universidade...

J: Da investigação...

L: Da investigação. A universidade forma também professores, mas não há propriamente envolvimento e penso que não é um capítulo que

seja trabalhado. Para o ensino superior enquanto investigação, acho que a ED, até há muito pouco tempo, era uma desconhecida na universidade e, portanto, havia pouco interesse. Começou a haver interesse através de um conjunto de pessoas que estava também nas organizações, nas ONGD, e que faziam algumas teses de mestrado, teses de doutoramento, sobre a ED. Há uma área que se aproxima, que é a Educação para a Cidadania – há algumas IES que têm algum trabalho feito na área da Educação para a Cidadania e aí talvez seja mais fácil uma aproximação. Mas o que sinto também é que são dois universos ainda bastante distantes; o universo académico e a forma como se faz investigação têm muitas diferenças relativamente à forma como nas organizações se pensa na avaliação, digamos assim. Vou dar um exemplo concreto: o CIDAC tem procurado, o mais que pode, ou da forma que consegue, trabalhar na sistematização de experiências. A sistematização de experiências tem um grande desenvolvimento noutros países, tem muita gente a trabalhar nas universidades, quer do ponto de vista teórico, quer do ponto de vista prático, utilizando a sistematização de experiências como metodologia de trabalho e, ultimamente, tem-se vindo a desenvolver muito uma reflexão sobre a ligação entre a sistematização de experiências e a investigação. Do nosso ponto de vista, isto parece muito rico, quando pensamos na investigação e na avaliação, por exemplo, sobre o processo da ENED. Mas a perceção que temos é que na investigação, quanto à avaliação, se pensa nos instrumentos mais tradicionais, nas entrevistas, nos questionários, etc. E penso que há um cansaço enorme relativamente a estes instrumentos. Não quer dizer que não sejam necessários e que não tenham o seu valor, mas acho, por exemplo, que

⁸ Organizações da Sociedade Civil.

⁹ Associação de Reflexão e Intervenção na Política

Educativa das Escolas Superiores de Educação.

pensar numa metodologia como a sistematização de experiências é uma outra visão, uma outra maneira de ir à procura de respostas. Mais participativa, mais envolvente, e que nos dá acesso a dados diferentes. Penso que pode haver aqui um caminho muito interessante.

J: O CIDAC tem trabalho com IES nesta lógica da sistematização de experiências? Ou noutra tipo de metodologias?

L: Por acaso, não fomos tanto por aí. Estamos a começar um trabalho com a ESE de Lisboa e resolvemos que esse trabalho seria a nossa contribuição para o projeto ‘Sinergias ED’¹⁰. É uma ideia bastante interessante porque a ESE de Lisboa criou há dois anos uma disciplina optativa de ED. E agora quer repensar essa disciplina, que continuará a ser optativa, mas disponível às quatro licenciaturas da ESE e, para isso, quer envolver os responsáveis dessas quatro licenciaturas. Tem bastantes potencialidades. Daqui podem nascer sugestões, novas metodologias que podemos usar.

J: Falámos há pouco de diferentes abordagens à ED. Falámos da Educação Popular. Sentes que temos a aprender com outros contextos em matéria de ED, nomeadamente com os países africanos? Ou pensas que ainda não o conseguimos integrar? Falavas há pouco que o retrocesso da ED era por causa da cooperação. Eu penso que temos tanto a aprender com esses contextos... Achas que tem havido um diálogo com essas perspetivas ou não?

L: Penso que ainda não. A certa altura começou-se a falar muito, ao nível europeu, em como integrar os países do “Sul” na ED. E houve um certo apelo

a isso. Simplesmente, a maneira como isso se fez, do nosso ponto de vista, foi muito mecânica, ou seja, na maior parte dos casos acontecia convidar parceiros do “Sul” para vir a uma conferência no “Norte”. Eram coisas em que as pessoas que vinham do “Sul” apareciam esporadicamente para coisas muito limitadas. E isso não é bem ouvir a voz, não é dialogar. É um bocadinho cumprir. Acho que essa experiência, no geral, não foi muito bem conseguida.

Agora, há outras perspetivas. Estive recentemente num colóquio, em Coimbra, do projeto ‘ALICE’¹¹, sobre as Epistemologias do Sul, uma expressão do Boaventura de Sousa Santos. Encontrei uma série de coisas engraçadas. Encontrei um alemão a investigar sobre a aproximação de conceitos: um nascido em África, o *Ubuntu*; outro nascido na América Latina, o conceito de *Buen Vivir*; e outro nascido na Europa, o conceito de *Decrescimento*. Ele procura saber o que é que estes três conceitos têm em comum ou não com o conceito de desenvolvimento. Penso que se começa uma reflexão mais profunda. Não é só convidar os parceiros para dizer uma coisas...

J: Então, sugeres que deve haver uma abordagem...

L: Uma abordagem mais de fundo.

J: De discussão concetual.

L: Exatamente. O que é que nós andamos aqui a fazer? Que mundo é este que estamos a construir? Esta ideia das Epistemologias do Sul parece-me importante porque tem a ver com o que é que na Europa, ou no “Ocidente”, se pode aprender com

¹⁰ “Sinergias ED: Conhecer para melhor Agir - promoção da investigação sobre a ação na ED”, projeto promovido pela Fundação Gonçalo da Silveira e pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, com o cofinanciamento do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua (<https://bit.ly/3403hrL>).

¹¹ “ALICE - Espelhos Estranhos, Lições Imprevistas: Definindo para a Europa um novo modo de partilhar as experiências do Mundo”, projeto de investigação do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, financiado pelo Conselho Europeu para a Investigação (<https://bit.ly/30UCYBq>).

os países do “Sul”. Normalmente, temos uma perspectiva de que somos nós que temos que ensinar. Portanto, esta ideia de fazer ao contrário acho que tem muito a ver com ED. Costumo dizer, já há alguns anos, que não se deveria chamar ED, mas sim Aprender para o Desenvolvimento. Em português não fica muito bem, mas educação, no nosso meio, tem muito a conotação de que alguém ensina e alguém é ensinado. E, no fundo, somos todos aprendentes. O que precisamos é de ser todos aprendentes, sempre. Por isso, pôr o acento na aprendizagem parece-me fundamental. E, nesse caso, nós podemos aprender com o “Sul”, como o “Sul” pode aprender connosco.

Numa altura em que há cada vez mais questões globais que têm impactos locais, nós temos que aprender a lidar com isso de uma forma muito mais fácil. E isso só faz sentido se lidarmos com isso em conjunto, não cada um na sua casinha ou no seu sítio. Acho que tem que ser uma abordagem muito mais de fundo, ao nível concetual. E ao nível metodológico é a mesma coisa. Achamos, cá no CIDAC, que em Portugal as nossas formas de fazer ED, do ponto de vista metodológico, são pobres. Como a academia também é pobre, no geral. Não somos muito ricos desse ponto de vista, utilizamos muito as mesmas técnicas. Tem havido uma abertura nos últimos anos, mas há muito mais para descobrir, para experimentar, para inventar. E acho que há aí um grande terreno para a ED, porque ela pressupõe que tem que haver uma coerência entre o conteúdo e a forma. Isto de nós dizermos umas coisas e fazermos de maneira diferente, segundo princípios diferentes, não faz sentido. Se nós dizemos que ED é um processo educativo, inclusivo, participativo, não podemos ter metodologias que promovam a assimetria, que sejam “de cima para baixo”, que tornem as pessoas passivas. Temos que ter, justamente, outro tipo de

metodologias. Acho que há um grande campo onde trabalhar.

J: Acho que isto me leva, diria, a uma última questão: como é que vês o cidadão competente em ED?

L: Vou ter que confessar que tenho um problema com essa pergunta, porque parece que, ao falarmos de cidadão competente em ED, estamos a querer criar um cidadão ideal, um cidadão que tem imensas qualidades. E isso deixa-nos completamente de rastos porque nenhum de nós vai conseguir ser isso. Todos temos imensos defeitos, imensos problemas. Por outro lado, porque isso pode-nos dar uma ideia um bocadinho uniformizante do que é o cidadão. E acho que devemos trabalhar, sobretudo, a partir de cada um de nós...

J: E dos contextos onde estamos.

L: E dos contextos onde estamos, exatamente. A partir de nós, do ponto de vista individual, e de cada um de nós do ponto de vista coletivo. E em todas as pessoas, em todas as circunstâncias, em todos os contextos, há coisas que podem ser eliminadas, que se podem riscar, que não deviam existir, que deveriam ser revertidas. Neste colóquio, em Coimbra, uma comunicação que me ficou foi a de um moçambicano, que começou a sua intervenção no plenário assim: ‘Eu penso todos os dias, muitas vezes, o que faço ao sul que há em mim e ao norte que há em mim?’. Ou seja, ele é moçambicano e nós vê-lo-íamos como uma pessoa do “Sul”, certo? Mas ele reconhece, e não estamos aqui a falar de norte e de sul do ponto de vista geográfico, obviamente, estamos a falar do ponto de vista epistemológico, que há sul e norte em todas as pessoas. Como é que trabalhamos isto? Parece-me muito mais interessante, mais importante, do que dizer que o cidadão global pode e deve ser isto

ou o cidadão global é...Acho que devemos trabalhar no sentido de ir ter com o outro, de aprender com os outros.

J: Eu coloquei esta questão porque é uma questão que me preocupa. Eu vejo isto do ponto de vista da educação formal, dos princípios que temos que ensinar, dos valores, das atitudes, dos conhecimentos para fazer e ensinar ED.

L: Pois, há bases.

J: Exato. Fico, por vezes, desarmado perante muitas posturas que vejo na nossa sociedade e sobre as quais não consigo ter resposta, como a rejeição do outro, o não relacionamento com o outro. Com base em quê é que podemos formar pessoas, no sentido de um cidadão que é minimamente ativo, responsável... Esta é uma coisa que aparece no currículo, não é?

L: É, aparece muitas vezes. Mesmo noutras organizações isto aparece. Eu veria as bases de uma outra forma, ou seja, eu penso que é preciso desenvolver o espírito crítico, isso sim. E todos nós podemos ter espírito crítico, isso não é exclusivo de ninguém.

J: Penso que essa é uma das palavrinhas chave de toda a conversa...

L: Sim, claro. A capacidade de observar, de perceber as coisas à sua volta, de perceber o seu papel neste mundo, ao nível local e global, uma capacidade de interrogar, de se interrogar a si próprio. Acho que essa é uma base, e aí podemos ser todos capazes. Podemos ser as pessoas mais diferentes, mas todos podemos ter espírito crítico e desenvolver isso em nós. É acho que essa é que é verdadeiramente a base da ED. É, no fundo, desenvolver este espírito face à sociedade em que estamos inseridos, no caso, global. E que se vê a partir do papel que temos e que queremos ter. E

depois, perante o papel que queremos ter, fazer todos os esforços para aprender com esse papel. Claro que a coerência perfeita não existe, nós temos essa experiência todos os dias. Mas esta vontade, esta preocupação em ser coerente com aquilo que pensamos e de pensar criticamente, é essa a base.

Uma coisa que me preocupa nas nossas sociedades é que, globalmente, há uma valorização cada vez maior do cinismo, do simulacro, da mentira, de se dizer coisas que se sabe que não são assim, que são mentira; dizer para esconder coisas ou para levar os outros a fazer determinadas coisas, e isto começa a ser muito frequente e cada vez mais aceite. E isso é muito preocupante. Acho que, neste momento, colocando aqui no nosso contexto, uma grande luta da ED tem de ser o desvelar, tirar o véu a tudo isto: perceber o que está por detrás e tentar decodificar aquilo que se diz, aquilo que se faz, aquilo que se promete... por aí fora. Porque se gera, a certa altura, uma grande confusão, uma grande apatia, uma ideia de que não se conseguem impor valores hoje em dia. Vou dar outra vez o exemplo da entrada da Guiné Equatorial na CPLP. Há pessoas que dizem que foram os negócios que venceram. Mas o que é que se pode fazer? Não se pode fazer mais nada? Se nos conformamos com isso, acho que a ED fica nitidamente para trás. E uma coisa muito difícil na ED, talvez a coisa mais difícil, é esta relação entre o local e o global, que é uma coisa relativamente nova. Esta ideia de que aquilo que se passa ao nível local tem um impacto ao nível global e vice-versa é bastante difícil de entender. Eu gostava de colocar aqui um exemplo que está à nossa porta, que é o tratado que está agora em discussão entre a UE e os EUA. É uma coisa que está a ser negociada e está previsto para o próximo ano, portanto, muito próximo. É um

tratado¹² absolutamente devastador do ponto de vista do nosso modo de vida e daquilo que construímos sobre a proteção dos cidadãos, do estilo de vida, dos direitos. Agora não é o local para aprofundar isto, mas acho que a ED deveria pegar numa coisa destas para a trabalhar, porque está em causa o direito à informação, o direito de nós sabermos o que nos vai acontecer, o direito para pressionar os nossos governantes para que assinem ou não assinem um tratado destes. Porque uma vez assinado, é assinado em nosso nome e vai ter um impacto enorme na nossa vida diária. Mas para percebermos isto, é preciso trabalharmos bastante: é preciso termos acesso à informação; é preciso distribuímos a informação de um modo que seja compreendida; é preciso discutirmos; é preciso estarmos uns com os outros, interessar os outros para uma discussão que parece à primeira vista árida, longínqua, mas que na realidade, se formos a ver bem, vai ter um impacto enorme.

Portanto, mais por aí, do que pela ideia do cidadão ideal, que não existe.

J: Muito obrigada pela conversa, tão interessante e comprometida.

Índice

¹² Referência ao Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento, em inglês Transatlantic Trade and Investment Partnership, também conhecido como Trans-Atlantic Free Trade Agreement. Esta é uma

proposta de acordo de livre comércio entre a União Europeia e os Estados Unidos, em forma de tratado internacional. O tratado visa impedir as interferências dos Estados no livre comércio entre os países aderentes.